

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
REQUERIMENTO Nº de 2008.
(Do Sr. Walter Pinheiro)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater a elevação do Brasil ao "grau de investimento" pelas agências internacionais que medem o risco soberano.

Prezado Senhores,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater a elevação do Brasil ao "grau de investimento" pelas agências internacionais que medem o risco soberano e os impactos para o setor de telecomunicações.

JUSTIFICAÇÃO

O papel das agências de classificação e avaliação de risco soberano ainda é motivo de intensa discussão entre aqueles que acompanham os movimentos da economia mundial. Independentemente daquilo que os países que são avaliados consideram a esse respeito, o fato é que essas agências são hoje referenciais importantes ao mercado financeiro internacional. Esse mercado envolve grupos heterogêneos e dispersos com necessidade de informação sintética e confiável sobre a capacidade de pagamento e disposição dos países tomadores de crédito para honrarem compromissos assumidos.

Cada agência utiliza metodologia própria e com base nos "rankings" os países são classificados entre "grau especulativo" e "grau de investimento", cuja importância é crescente devido ao fato que muitos fundos de investimentos sofrem restrições para aplicar em títulos e países classificados com o grau especulativo.

O chamado "risco soberano" é definido a partir de dois conjuntos de informação, um mais objetivo e outro mais subjetivo: capacidade de pagamento dos compromissos externos e determinação ou vontade para honrá-los. Com a conquista do "grau de investimento", prevê-se uma oferta maior de financiamentos, com taxas menores e prazos mais longos, o que deve aquecer tanto a produção de bens e serviços para o mercado interno quanto as importações de bens industriais.

Na prática, o "grau de investimento" funciona como uma permissão para que investidores estrangeiros apliquem seus recursos na dívida brasileira e, consequentemente, atraindo maior quantidade de capital estrangeiro e apreciando ainda mais o real frente ao dólar. O Resultado pode ser um incremento dos déficits da balança de pagamentos, puxados pelos bens de alto valor tecnológico agregado.

Compete à Comissão de Ciência e Tecnologia apreciar a questão à luz da nova política industrial, com vistas à solucionar o impasse provocado pelo aumento expressivo das importações do setor e a possibilidade concreta de redução do crescimento das exportações.

Sala da Comissão, em de maio de 2008.

Deputado **Walter Pinheiro(PT/BA)**